

Unidades de Conservação pecam em proteger pequenos rios

Categories : [Notícias](#)

Manaus, AM -- A configuração atual das áreas protegidas na Amazônia é inadequada para a proteção de pequenos cursos d'água, com até aproximadamente um metro de profundidade, e peixes que vivem neles. A demonstração é feita em um artigo disponível na edição on-line da revista científica [Conservation Biology](#), em que a área de ocorrência de cerca de dezenas de espécies de pequenos peixes é comparada com os limites de unidades de conservação e terras indígenas.

“Se o limite de uma unidade de conservação cruza um rio, então você não está protegendo os peixes, porque eles não ficam parados”, afirma a bióloga Renata Guimarães Frederico, autora principal o artigo, atualmente cursando o pós-doutorado na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Ela explica que, na maioria dos casos, os rios são usados como limites das unidades de conservação ou esses limites cobrem parcialmente a extensão dos rios, o que não garante a proteção desses ambientes e das espécies que vivem ali. Entre as exceções estão o parque nacional do Jaú, cujos limites são da sub-bacia hidrográfica, e Mamirauá, um ambiente sujeito a alagações.

No artigo, Renata Frederico, que contou com a colaboração dos pesquisadores Jansen Zuanon, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e Paulo de Marco Júnior, da Universidade Federal de Goiás, fez modelagens para indicar a ocorrência de cerca de 130 espécies de pequenos peixes encontrados em rios de segunda ou terceira ordem na Amazônia. As informações foram sobrepostas aos mapas de unidades de conservação estaduais e federal e terras indígenas.

No estudo, ela aponta três cenários diferentes, com apenas unidades de conservação de proteção integral, com a inclusão das de uso sustentável, e também com Terras Indígenas. Se forem consideradas apenas as unidades de proteção integral, entre 80 espécies de peixes analisadas, só 5 estão protegidas. Todas as outras estão parcialmente protegidas.

No cenário que inclui também as unidades de uso sustentável e terras indígenas, todas as espécies estão protegidas. Mas segundo a pesquisadora, isso ocorre devido à grande extensão de áreas protegidas na Amazônia, cerca de 43% do bioma, quando o estudo foi realizado, e não a um planejamento.

“Se eu pegar as áreas prioritárias para essas espécies, as áreas protegidas não são adequadas”, afirma Renata Frederico. “Se (a distribuição das áreas protegidas) fosse aleatória, seria melhor para preservar os peixes de riachos”, completa.

Ela explica que os peixes foram usados no estudo como uma representação para avaliar a situação dos ecossistemas formados por esses rios. Ela destaca que alterações provocadas nestes sistemas têm impactos em áreas rio abaixo. “Não adianta proteger a foz, se a cabeceira está desprotegida”, alerta. “Por isso, as grandes barragens são um problema, porque muda tudo abaixo delas”, completa.

Renata Frederico lembra ainda que existem apenas dois grupos estudando os ambientes de pequenos rios da Amazônia, um na UPPA e outro no Inpa, o Projeto Igaraçá, onde ela buscou os dados sobre os peixes usados no estudo.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/apos-um-ano-peixes-ameacados-voltam-a-ser-protetidos/>

http://www.oeco.org.br/reportagens/1222-oeco_13114/

<http://www.oeco.org.br/reportagens/23487-peixes-ameacados-na-amazonia/>